

UM CAMPO DE LUTAS E DE FORÇAS: O ESPAÇO DE TOMADAS DE POSIÇÕES ACERCA DA GOVERNANÇA NA CRISE DO EURO (2010-2016)¹

*A FIELD OF STRUGGLES AND FORCES:
THE SPACE OF POSITIONS ON GOVERNANCE
IN THE EURO CRISIS (2010-2016)*

UN CAMPO DE LUCHAS Y FUERZAS: EL ESPACIO DE TOMA DE POSICIONES SOBRE LA GOBERNANZA EN LA CRISIS DEL EURO (2010-2016)

Frédéric LEBARON*

RESUMO: Com base em um estudo qualitativo de um *corpus* de textos em inglês e francês, analisamos as tomadas de posições sobre a governança na zona do euro durante o período de 2010 a 2016: elas delineiam um espaço multidimensional estruturado em torno de polos opostos, mas definindo um *continuum* de orientações. Como se estruturam umas em relação às outras, elas devem ser vistas como elementos de uma relação de forças. A definição da noção de tomada de posição é o tema da primeira parte, seguida de uma “tentativa de construção” do espaço em uma base qualitativa. É feita uma distinção entre a ortodoxia jurídico-institucional, as tomadas de posições antieuro e várias tentativas de reforma institucional e política, bem como as “não-tomadas de posição”. Em seguida, concluímos com uma análise da dinâmica da mudança durante a sequência histórica estudada.

PALAVRAS-CHAVE: Tomada de posição. Ortodoxia jurídico-institucional. Euro. Zona do euro. Governança.

* Professor de Sociologia, *École normale supérieure Paris-Saclay, Institutions et dynamiques* – Dinâmica da economia e da sociedade (IDHES). Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-1459-2161>. Contato: frederic.lebaron@ens-paris-saclay.fr.

¹ Publicado originalmente em francês: Frédéric Lebaron, *Un champ de luttes et de forces: l'espace des prises de position sur la gouvernance dans la crise de l'euro (2010-2016)*, *Économie et Institutions [En ligne]*, 27, 2018. Tradução: Paulo José de Carvalho Moura. Revisão técnica: Maria Chaves Jardim.

ABSTRACT: *On the basis of a qualitative corpus analysis (texts in French and English), we analyse the position-takings about Euro area governance during the period 2010-2016. It allows to draw a multidimensional space structured by opposite poles, in a continuum of orientations. These orientations structure themselves in relation to each-other in a set of power relations. The first part consists in an attempt to define the notion of position-taking, before we try to construct the space of position-takings on a qualitative basis. We distinguish between a juridico-institutional orthodoxy, anti-euro stances and a stance of attempts to rebuild the euro area politically and institutionally. To these position-takings one must add the “no-position-taking”. We then assess the evolutionary dynamics of this space.*

KEYWORDS: *Position-taking. Juridico-institutional orthodoxy. Euro. Euro area. Governance.*

RESUMEN: *A partir de un estudio cualitativo de un corpus de textos en inglés y francés, analizamos las posiciones adoptadas sobre la gobernanza en la eurozona de 2010 a 2016: perfilan un espacio multidimensional estructurado en torno a polos opuestos, pero que definen un continuo de orientaciones. En la medida en que se estructuran unas en relación a otras, deben considerarse como elementos de una relación de fuerzas. La definición de la noción de toma de posición es el objeto de la primera parte, seguida de un “intento de construcción” del espacio sobre una base cualitativa. Se distingue entre la ortodoxia jurídico-institucional, las tomas de posición anti-euro y las diversas tentativas de reforma institucional y política, así como las “no-posiciones”. Luego concluimos con un análisis de la dinámica de cambio durante la secuencia histórica estudiada.*

PALABRAS CLAVE: *Toma de posiciones. Ortodoxia jurídico-institucional. Euro. Zona del euro. Gobernanza.*

Introdução

Em uma obra intitulada *La double démocratie. Une Europe politique pour la croissance*, publicada em janeiro de 2017, Michel Aglietta e Nicolas Leron, economistas regulacionistas de orientação social-democrata, “desenvolve[m] proposições concretas para superar a crise europeia, começando por devolver aos cidadãos o poder de decisão sobre as grandes escolhas econômicas” (Apresentação do editor, Aglietta, Leron, 2017).

Essa tomada de posição é apenas a mais recente de uma série de declarações, apelos, contribuições, discursos, etc., emitidos por uma ampla gama de atores, tendo

todos como ponto em comum o fato de partirem da constatação de que há uma crise na/da zona do euro² e de se apresentarem como respostas mais ou menos coerentes a essa crise, com base em argumentos de economia política mais ou menos desenvolvidos.

O objetivo deste artigo é estabelecer a relevância de uma análise dos desafios enfrentados pela zona do euro desde dezembro de 2009 (data em que a classificação financeira da dívida grega foi rebaixada por três agências de classificação de risco) com base na noção de *campo* desenvolvida por Pierre Bourdieu (1992), começando não com as posições e características dos agentes responsáveis pela “governança econômica” da zona, mas pelas tomadas de posições que foram se multiplicando desde os primeiros ataques especulativos aos títulos da dívida pública grega, que também constituem o que os analistas de discurso chamaram de “campo discursivo” (Maingueneau, 1983), cuja análise é por si só relevante (para elementos iniciais ver Lebaron, 2016).

Um dos primeiros desafios da noção de campo é delimitar suas fronteiras, que estão sempre em um jogo de lutas simbólicas. O objetivo aqui é, portanto, definir (1/) e mapear (2/), de forma sistemática – embora não exaustiva – as tomadas de posições dos atores em questão³ durante o período estudado. Esse levantamento pode ser apenas parcial, pois abrange uma ampla gama de atores, não apenas na Europa, mas também em todo o mundo, em diferentes níveis. Ao mesmo tempo, será identificado um *corpus* de textos de vários tipos, que constituirá o principal material qualitativo para este artigo, além de ser seu primeiro “resultado de pesquisa” no sentido estrito do termo.

A terceira parte, baseada no mesmo *corpus* de textos, discute diversas tipologias comumente propostas, muitas vezes pelos próprios atores⁴, com o objetivo de descrever o espaço de tomadas de posições sobre a crise. O trabalho de classificação espontânea dos agentes é, de fato, parte das lutas no campo e seu estudo possibilita uma descrição mais precisa das tomadas de posições em jogo⁵.

Por fim, para concluir, examinaremos brevemente a dinâmica das tomadas de posições durante o período de 2010-2016, que corresponde ao período mais intenso da crise do euro, entre o final de 2009, início de 2010 e julho de 2012, e a uma fase mais moderada caracterizada pelo debate sobre as políticas de austeridade.

² Por enquanto, manteremos a noção de “crise” relativamente vaga neste caso, porque cada posição que tomamos é também uma posição sobre a existência ou não de uma ou mais crises e sobre a natureza dessas crises.

³ É também uma questão de delimitar o espaço dos atores relevantes.

⁴ Nós nos beneficiamos especialmente do trabalho de classificação realizado por Yanis Varoufakis no texto 5 do Anexo.

⁵ Um teste empírico dessa construção será realizado em um próximo trabalho com base nos programas dos candidatos na eleição presidencial de 2017.

1. O que é uma tomada de posição?

Uma das dificuldades associadas à escolha de conduzir a análise com base em tomadas de posições é o fato de que elas precisam primeiro ser definidas e delimitadas, embora a noção de tomada de posição se refira, de modo geral, a raciocínios, análises, argumentos e declarações que são frequentemente de natureza complexa e multidimensional, se traduzindo em práticas discursivas que podem ser objetivadas de várias formas: publicação de livros, relatórios, entrevistas, comunicados à imprensa, textos de blogs, tweets, conferências, declarações em debates no rádio ou na televisão, etc. A dificuldade de “codificar” as tomadas de posições tem sido frequentemente destacada em trabalhos prosopográficos, por exemplo, Sapiro (1996), e podemos pensar que essa dificuldade tenha se tornado ainda maior na era digital, com a multiplicação de meios de expressão possíveis.

O foco aqui são as tomadas de posições sobre o futuro da zona do euro no contexto da chamada “crise” que começou em dezembro de 2009. Portanto, excluimos a priori, por exemplo, as tomadas de posições que se limitariam a um único país (Grécia, Alemanha ou França), mesmo que a distinção entre as tomadas de posições sobre a zona como um todo e as tomadas de posições restritas a um único país seja, às vezes, muito difícil de ser implementada na prática, na medida em que a crise em um país pode ser vista como um teste para a zona como um todo (como foi o caso da Grécia a partir de 2010); ou ainda quando o tamanho e a importância dos países imediatamente lhes conferem um impacto europeu (Alemanha e França, em particular).

Tomar uma posição pressupõe que um “problema público”, ou pelo menos uma “questão”, tenha sido definido ou construído previamente, dando origem a um conjunto de *discursos* específicos, que nunca é completamente evidente (Hassenteufel, 2011). Na crise da zona do euro, esse foi o caso a partir do final de 2009, quando a especulação exacerbada sobre a dívida pública grega levantou questões mais globais sobre o futuro da moeda única (Picard, 2015)⁶. O aumento dos diferenciais das taxas de juros (o que a maioria dos comentaristas, mesmo nos países de língua francesa, chama de *spreads*) sobre as dívidas soberanas nacionais tem sido acompanhado por divergências significativas nos níveis de endividamento público, principalmente na esteira da crise do subprime e das políticas implementadas para enfrentá-la, que também tiveram de responder aos efeitos negativos da recessão, que variam de país para país. Esse contexto macroeconômico em particular justifica a mobilização discursiva e institucional sobre o caso grego e, depois, sobre os outros países ameaçados (Chipre, Irlanda, Portugal, Espanha e, por contágio, Itália e

⁶ De fato, as questões sobre o futuro do euro se intensificaram entre o início de 2010 e o pico foi em maio de 2010 (com o lançamento do Programa do Mercado de Títulos), e depois continuaram a borbulhar até os dias atuais.

França), mas também, de forma mais ampla, as preocupações com a sustentabilidade das dívidas soberanas e, portanto, com o próprio futuro da zona do euro.

Como a própria existência do euro é recente, o surgimento de uma questão discursiva centrada no futuro econômico e institucional da zona do euro é, na realidade, nada mais do que a transformação pós-crise dos *subprimes* – logo, a reconfiguração – de um espaço de debate preexistente, que foi estruturado principalmente durante as negociações sobre a União Econômica e Monetária (UEM) e que restringiu fortemente a expressão sobre o assunto. Esse espaço predefinido constitui um pano de fundo discursivo permanente para todo o debate econômico e monetário europeu. Uma das dificuldades encontradas aqui é que, como qualquer área de política pública, a questão do vínculo entre a política monetária e a política fiscal na zona do euro pode ser descrita como um campo de lutas discursivas permanentes, que evoluem ao longo do tempo em função de muitos fatores, e que, nesse campo, lógicas, argumentos e análises de diferentes graus de sofisticação são constantemente mobilizados e colocados uns contra os outros no que pode parecer, à distância, uma cacofonia, na qual os atores implementam várias estratégias, dependendo de suas posições e contextos.

2. O espaço das tomadas de posições sobre o futuro da zona euro: tentativas de construção

As tomadas de posições, em um espaço multidimensional e mutável como esse, só podem ser estruturadas com base em um conjunto de constrangimentos pré-existent, que formam o contexto no qual elas são implantadas. Em particular, o que poderíamos chamar de ortodoxia institucional com relação à zona do euro (sua definição, operação, etc.) está sempre inscrito em um marco jurídico vinculativo, neste caso, o dos tratados derivados do Tratado de Maastricht (ver o Anexo/texto 1)⁷. Ela define uma forma de *doxa*, de fato e de direito, no campo. Essa *doxa* deve ser entendida em um sentido forte: é um referencial jurídico que se sobrepõe e polariza fortemente todos os debates dentro da zona.

Uma característica específica dos campos de políticas públicas é a centralidade de uma referência jurídica: no caso da zona do euro, é o próprio texto dos

⁷ “Os resultados da simulação sugerem que, mesmo com esforços médios anuais de consolidação de 0,5% do PIB, o retorno ao índice de dívida da área do euro anterior à crise levaria cerca de duas décadas. Portanto, para salvaguardar a solvência do governo e as posições fiscais sustentáveis nos países da área do euro, os governos devem dar prioridade máxima à consolidação fiscal, levando em conta a recuperação em andamento da economia, e reduzir seus índices de déficit para menos de 3% do PIB, de acordo com as recomendações do Conselho Ecofin. Os esforços de consolidação terão de durar vários anos em muitos países. Na Europa, o Pacto de Estabilidade e Crescimento fornece a estrutura adequada para a coordenação das políticas de consolidação necessárias. Agora é fundamental que todos os governos cumpram rigorosamente os compromissos assumidos no Pacto. As estruturas fiscais nacionais de apoio devem ser reforçadas sempre que necessário”. (Anexo/texto 1).

tratados que constitui o que também é, em muitos aspectos, um discurso constitutivo (Maingueneau; Cossuta, 1995), ou seja, um discurso cuja autoridade fundadora sustenta outros discursos, que só precisam se referir a ele, embora de forma alusiva, para mobilizar sua própria autoridade.

Assim, as tomadas de posições variam, grosso modo, das mais legítimas (em particular, aquelas formadas pelo discurso oficial dos atores centrais e das próprias instituições) às mais desviantes, aquelas produzidas e disseminadas por um amplo conjunto de atores em diferentes níveis e em diferentes países. A configuração das tomadas de posições pode, portanto, ser representada, em uma primeira aproximação, por um “centro” doxico e uma periferia dentro da qual as tomadas de posições heterogêneas têm em comum o fato de se oporem a essa *doxa* em graus variados. Assim, o conjunto das lutas em torno da produção de discursos e, portanto, das decisões oficiais pode ser descrito como pertencente a um campo restrito, um espaço amplamente institucional, que está inscrito no campo mais global da governança europeia (Georgakakis; Lebaron, 2014).

O espaço de tomadas de posição em seu todo define o campo ampliado, um espaço sem limites predefinidos: uma publicação no blog de um economista americano pode, sob certas condições, ser uma intervenção eficaz nesse campo (por exemplo, o blog de Paul Krugman no site do New York Times, que discute com muita frequência, especialmente depois de 2010, a questão na zona do euro: ver Anexo/texto 9). Por outro lado, uma micro organização política centrada na luta contra o euro ou a União Europeia pode ser apenas de frágil eficiência no campo, ou seja, em grande parte “insignificante” do ponto de vista da análise sociológica geral da dinâmica do campo (como, por exemplo, o partido político *Union populaire républicaine* de François Asselineau, que se definiu em torno da questão europeia).

2.1. Um retorno ao “Pacto de Estabilidade e Crescimento” original como estratégia de saída da crise: uma ortodoxia jurídico-institucional e sua formulação radical

No final de 2009, o debate econômico nos países europeus, assim como em outros países, estava cada vez mais focado nas estratégias de saída da crise (em inglês: *exit strategies*). O ano de 2009 foi marcado por uma recessão muito profunda, pela introdução de “planos de recuperação” mais ou menos significativos em diferentes partes do mundo e pela deterioração do nível do endividamento público em muitos países.

A partir de meados de 2009, começou-se a ouvir o Banco Central Europeu dizer sobre a necessidade de restabelecer muito rapidamente a situação “normal”, ou seja, de acordo com o “marco jurídico dos Tratados”, como é dito com frequência,

inclusive dentro das instituições europeias (Lebaron, 2016). Elas foram expressas durante todo o período crucial da mudança relativamente rápida para políticas de redução do endividamento por meio do restabelecimento de equilíbrio orçamentário, que seriam descritas por seus oponentes como “políticas de austeridade” (ver Anexo/texto 5).

Os Tratados definem um “arcabouço” doutrinário e discursivo - institucional - relativamente estrito, uma vez que, por um lado, a missão exclusiva do banco central é a estabilidade de preços e, por outro, regras orçamentárias rigorosas (regra do déficit orçamentário de 3%, dívida pública de 60% em relação ao PIB) devem assegurar que os Estados-Membros sigam uma política compatível com o marco jurídico comum (Anexo/texto 2).

A adesão a esse arcabouço, que pode ser mais ou menos distanciado e acompanhado de propostas de reforma ou desenvolvimento, define, portanto, um primeiro grupo de tomadas de posição que, de certa forma, se limita a reativar, após um período relativamente incerto, percebido como um parêntese, o funcionamento “normal” ou “usual” da UEM, conforme estabelecido nos Tratados. A Comissão está implantando a forma mais institucional disso, que também adquiriu forma entre os atores políticos alemães e, posteriormente, europeus (ver Anexo/textos 1 e 2)⁸.

A novidade do período que se iniciou no final de 2009 está no fato de que a afirmação da necessidade de retornar a essa estrutura é acompanhada, entre alguns atores, pela expressão de insatisfação com a ausência de garantias institucionais relativas à aplicação dos textos, com suspeitas de que os Estados-Membros não as cumprem assim que lhes é possível fazê-lo, como ocorreu em várias ocasiões. Desta maneira, surgiu a ideia de que o marco legal atual era insuficiente em suas condições de aplicação e precisava ser complementado por novos dispositivos, que logo seriam incorporados no Tratado de Supervisão, Controle e Governança (ratificado em 2012, logo após o início da crise grega), dando origem a um florescimento de inovações e discursos políticos-institucionais na mesma linha, muito além do campo restrito (Anexo/texto 1).

No interior desse espaço da ortodoxia jurídico-institucional, uma posição mais radical está sendo desenvolvida, inicialmente com algum sucesso, uma vez que ela resulta em modificações substanciais nos Tratados: em resumo, o objetivo é fortalecer os mecanismos de integração europeia, entendidos essencialmente (o que é,

⁸ “As crises econômicas e financeiras globais expuseram as deficiências na governança da União Econômica e Monetária. Um pacote de reformas - o chamado Six Pack - entrará em vigor até o final do ano. Ele altera e fortalece o Pacto de Estabilidade e Crescimento (SGP), introduz um novo Procedimento de Desequilíbrios Excessivos e estabelece novos requisitos para as estruturas orçamentárias nacionais dos Estados-Membros. Embora seja um divisor de águas, é preciso fazer mais especificamente para a zona do euro. Hoje, a Comissão está divulgando dois novos regulamentos destinados a reforçar ainda mais os mecanismos de supervisão na área do euro, bem como um Livro Verde sobre a apresentação de opções para os Títulos de Estabilidade do euro” (Anexo/texto 2)

obviamente, uma definição de integração) como um conjunto de regras, mecanismos de vigilância e sanções. Essa interpretação poderia, é claro, ser descrita em termos de ordoliberalismo (uma forma mais ou menos radical dele) ou em termos da oposição clássica no campo monetário entre falcões e pombas, dogmáticos e pragmáticos, e assim por diante. Seria então necessário, como faz Paul Krugman, transferir essa categorização, inicialmente reservada ao dinheiro, para as questões de política fiscal que o acompanham no caso da zona do euro.

Nesta etapa, é suficiente descrever essa subárea de posições como a da ortodoxia dos Tratados, que é relativamente difusa se considerarmos suas fronteiras. Essa ortodoxia, dividida em modalidades mais ou menos radicais, tende, em geral, a se tornar mais rígida e eficaz com as reações à crise da zona do euro⁹, dando origem, por sua vez, a um aumento de tomadas de posições opostas, de naturezas bastante diversas, principalmente contrárias ao euro.

2.2. O grupo “antieuro”

Em forte contraste com a ortodoxia jurídica e institucional, sabemos que, desde a sua criação, o euro suscitou um forte ceticismo entre um grande número de atores e comentaristas, tanto dentro quanto fora da zona do euro, os quais argumentaram, em particular, que a zona monetária em questão não era a *ideal*, que as heterogeneidades econômicas, comerciais e até mesmo culturais entre os países que a compõem condenavam esse projeto utópico mais ou menos no curto prazo, em particular por causa da assimetria entre uma política monetária e, portanto, uma política ou pelo menos uma taxa de câmbio, projetada e implementada no nível da zona do euro, e as políticas orçamentárias nacionais. Vários autores preveem regularmente o colapso da zona do euro, em um discurso que pode ser descrito como profético e performativo (ver Anexo/texto 3)¹⁰.

Alguns dos economistas mais prestigiados em nível internacional, portanto, estão divididos sobre o assunto desde o início, mas vale a pena lembrar que a hostilidade ao euro como moeda única é um polo estruturante no campo e que, desde 2009, esse polo, que também constitui um subespaço diferenciado, parece ter reforçado sua presença na arena pública, de várias formas, mesmo que seja difícil

⁹ É claro que precisamos distinguir entre o endurecimento das regras orçamentárias, principalmente com o TSCG, e a criação do EFSF e, em seguida, do ESM (Fundo Monetário Europeu embrionário) e de uma união bancária em 2014, que foram projetados para ampliar a gama de possíveis ações públicas e podem estar associados a uma menor ortodoxia monetária.

¹⁰ “Esse é um dos motivos pelos quais as muitas uniões monetárias que foram criadas muitas vezes fracassaram. Os processos de dissociação monetária foram, na verdade, muito mais importantes do que os processos de unificação monetária. O fracasso da zona do euro é, de fato, “normal” em termos históricos. Portanto, está claro hoje que a possibilidade de uma explosão da zona do euro é um dos cenários em que os bancos centrais dos países membros estão trabalhando”. (Anexo/texto 3).

de quantificar. Isso pode ser visto, por exemplo, na publicação em 2016 de um livro do “Nobel” Joseph Stiglitz, que denuncia o papel do euro na crise europeia (Stiglitz, 2016). Entre o “público em geral”, a legitimidade do euro também sofreu alguma erosão, pelo menos durante parte do período, mesmo que as mudanças não sejam de fato muito acentuadas.

Quadro 1: Apoio à moeda única (França, Alemanha) nas pesquisas do Eurobarômetro

Os Eurobarômetros indicam tendências na “opinião” sobre a moeda única. Em 1995, a proporção de pessoas hostis à ideia de uma moeda única na França era de apenas 10%, sendo que 19% dos entrevistados não tinham opinião ou não responderam. Logo após a crise do subprime, o apoio à moeda única atingiu 70% em novembro de 2010 (com 26% “contra”). Em novembro de 2011, a proporção foi de 63%, em comparação com 32%, e subiu para 62%, em comparação com 33%, em maio de 2013. Em maio de 2016, o índice voltou de 24% para 69%. No período de 2010 a 2016, as variações são relativamente grandes, com um período de deterioração acentuada, seguido de uma recuperação relativa aos altos níveis do período pré-crise. Variações semelhantes podem ser observadas na Alemanha, em níveis bastante semelhantes. A pesquisa específica do Eurobarômetro de outubro de 2016 confirma a relativa recuperação do apoio ao euro, com 56% dentro da zona. Ao mesmo tempo, o apoio às instituições da região (o BCE) também caiu acentuadamente, seguido por uma leve recuperação.

Fonte: EUROBAROMETRE, 2025.

A crise da zona do euro forneceu, desde o final de 2009, muito material para a mobilização “antieuro”, com argumentos extraídos de diversas fontes, de natureza heterogênea, que vão desde o anticapitalismo e o ultraliberalismo até a soberania e o nacionalismo econômicos. Alguns desses argumentos destacam a situação assimétrica entre a Alemanha, que se beneficia comercialmente de um euro relativamente fraco, e os países do Sul, que estão em dificuldades porque o nível do euro é muito alto para suas economias. O argumento comercial “estrutural” é, às vezes, acompanhado por argumentos relativos à natureza antidemocrática da condução da zona do euro pelo BCE (uma instituição que é, acima de tudo, de natureza tecnocrática) e às regras orçamentárias restritivas, argumentos sobre os quais o debate tem se cristalizado com frequência.

Podemos ainda falar aqui de um subespaço de tomadas de posição “antieuro”, que vão desde uma rejeição mais geral de toda a construção europeia até um ceticismo mais ou menos forte em relação à capacidade da zona do euro de funcionar de forma coletivamente satisfatória, e que aspira a outras possibilidades organizacionais (moeda comum, sistema monetário europeu etc.).

2.3 Reformas institucionais e políticas

O terceiro subespaço de tomadas de posições também parece ter crescido muito desde 2009, em relação às diferentes fases da crise, à implementação e às consequências das políticas de austeridade e, é claro, ao aumento da oposição ao euro. Essas são todas as contribuições que, a partir de 2010, defendem uma mudança mais ou menos radical na organização institucional da zona do euro, a fim de torná-la capaz de resistir a vários “choques” ou crises no futuro, e seguir, em graus variados, em uma direção diferente (ou até mesmo claramente oposta) à da ortodoxia institucional.

Podemos distinguir dois tipos de tomadas de posição nesse espaço: algumas são compatíveis com a totalidade ou a maior parte dos tratados atuais, mas modificam de forma incremental um ou outro aspecto da governança econômica e monetária da zona (veja aqui o exemplo da “proposta modesta” de Yanis Varoufakis (Anexo/texto 4, que se baseou na perspectiva de uma mudança de inflexão pragmática e gradual dentro do marco dos Tratados, ou seja, sem um mecanismo institucional pesado, e se baseou em uma tipologia detalhada de propostas debatidas em diferentes níveis, desenvolvidas nos textos 5 e 6); já outros exigem uma revisão mais ou menos importante, ou até mesmo uma “reconstrução” completa, dos tratados atuais e, portanto, são caracterizados por sua natureza jurídica.

Um conjunto de propostas que surgiu durante a crise, diz respeito essencialmente à capacidade da zona do euro de conduzir uma política fiscal comum em um contexto de forte heterogeneidade. O foco aqui é a assimetria entre a integração federal da política monetária e a persistência de um sistema descentralizado: ao implementar vários mecanismos, como união bancária, “eurobônus” ou até mesmo um orçamento maior para a zona do euro, o objetivo é criar as condições para uma política fiscal geral para a zona que atue como uma espécie de contrapeso à política monetária centralizada. Essa perspectiva, tradicionalmente associada às posições francesas, está à margem da ortodoxia institucional, que de fato se alimenta de algumas dessas ideias, diante de observações repetidas e amplamente compartilhadas da inadequação e assimetria da construção inicial.

Essas propostas “técnicas” (mas com consequências políticas potencialmente de longo alcance) são frequentemente acompanhadas de propostas para reformular a governança geral da zona, geralmente em uma direção mais “democrática”: esse é o caso, por exemplo, da ideia, desenvolvida no manifesto para uma união política do euro lançado em fevereiro de 2014, de criar um Parlamento da zona do euro, uma ideia apresentada por Thomas Piketty (Anexo/texto 7), ou, de forma menos radical, a ideia de um ministro das Finanças para a zona do euro, etc. Essa última ideia exigiria uma negociação internacional e, sem dúvida, pelo menos uma revisão parcial dos Tratados.

Propostas mais radicais também estão circulando, envolvendo uma revisão mais substancial dos tratados e, portanto, negociações muito mais complexas, como a ligação entre o “plano A” e o “plano B”, lançada por Jean-Luc Mélenchon, Oskar Lafontaine etc., que mobiliza a ameaça de uma saída da zona do euro se essas negociações fracassarem (Anexo/texto 8). O vocabulário de “reconstrução da zona do euro” refere-se, portanto, a atos mais solenes e institucionalmente eficazes. A palavra “refundação” indica um desafio à sacralidade do discurso jurídico que a constitui, a saber o marco legal dos Tratados.

2.4. As “não-tomadas de posição”

Muitos atores não se posicionam sobre a questão do euro, e é importante lembrar que o espaço dos atores que se posicionam em um debate público nunca é uma amostra representativa da população, nem mesmo de uma subpopulação específica (economistas, políticos etc.): posicionar-se significa, ainda, afirmar-se como legítimo e mobilizado pelo tema, que diz respeito apenas a indivíduos com características particulares.

3. Tipologias, categorizações e qualificações mútuas

A classificação (realizada no item 1. *O que é uma declaração de posição?*) busca ser sobretudo descritiva e analítica. Na prática, os autores estão constantemente classificando a si mesmos e aos outros, usando vários dispositivos discursivos, o que contribui para a dinâmica das relações entre os três subespaços estudados, em um movimento de luta perpétua. Daremos uma série de exemplos, além daqueles que já mencionamos (como a transposição, tentada especialmente por Krugman, da oposição falcão/pomba para questões orçamentárias e institucionais).

As propostas desenvolvidas por James Galbraith e Yanis Varoufakis para a zona do euro como um todo, sobretudo, a partir de 2010, são qualificadas por eles mesmos como uma “proposta modesta”, em razão do fato de que elas não exigem grandes mudanças nos Tratados, mas podem ser implementadas dentro das instituições existentes com um mínimo de vontade política (Anexo/textos 4 a 6) e “impulsionar” a economia da zona do euro por meio de ações orçamentárias específicas. Eles se opõem explicitamente a uma grande reforma ou reconstrução das instituições da região e se dividem em duas categorias principais: na primeira os “austeritários” (austéritaires), na segunda os qualificados de “campo modesto” (Anexo/texto 5).

Os defensores do desmantelamento da zona do euro frequentemente descrevem todos os outros economistas e agentes públicos como perseverantes na negação das falhas incapacitantes e dos “contra-performances” da zona do euro, como pode ser visto claramente nas análises de Jacques Sapir (Anexo/texto 3), assim como em muitos discursos de oposição. O uso de categorias psicológicas e psicanalíticas para caracterizar os oponentes é, obviamente, comum, mas aqui ele é usado para explicar a persistência do euro apesar das observações que deveriam levar à sua superação.

Os defensores de um desmantelamento da zona do euro, qualificados como “antieuro”, são frequentemente desqualificados como “antieuropeus”, “nacionalistas”, “populistas”, “soberanistas”, etc., pelos defensores do euro, sejam eles fundamentalistas ou pragmáticos, sejam eles comprometidos ou não às regras dos Tratados, e assim por diante. Na lógica de classificação espontânea que caracteriza a vida política, as posições sobre a moeda ou o orçamento são frequentemente agregadas a posições de outros tipos, por exemplo, sobre políticas de migração. É verdade que, em muitos países, as posições hostis ao euro muitas vezes parecem ser tomadas por defensores de políticas hostis à imigração.

As tomadas de posições na categoria 2.3 (Reformas institucionais e políticas) mobilizam frequentemente a ideia de superar a oposição entre a continuação das políticas e instituições atuais e o “isolamento” nacionalista que estaria implícito na simples saída da zona do euro. Isso é ilustrado por Yanis Varoufakis e seu partido político DIEM25, criado em 2015 (Anexo/textos 4 a 6). Dessa forma, eles contribuem para a formação de uma estrutura ternária, composta por três tipos de tomadas de posição, que, como vimos, se enquadram em dois campos interligados (campo restrito e campo ampliado): um comprometimento mais ou menos radical com as regras dos tratados, fortemente enraizado no campo restrito / o fim do euro, na maioria das vezes apoiado por atores periféricos/superação através de novas políticas e novas instituições, muitas vezes ligadas a posições intermediárias, entre campo restrito e campo ampliado.

Por fim, essa terceira categoria de tomada de posição é frequentemente estigmatizada como incoerente ou utópica por um ou outro dos dois outros grupos de tomadas de posição, que estão engajados em uma luta feroz: como toda tomada de posição “intermediária”, ela é considerada ambivalente, instável ou simplesmente insustentável, na ausência do esclarecimento necessário sobre o futuro do euro como moeda.

Conclusão: quais processos evolutivos?

Apesar das grandes mudanças que ocorreram na zona do euro desde 2010 (criação do Fundo Europeu de Estabilização (FESF) e do Mecanismo Europeu de

Estabilidade (MÉS), do Tratado sobre Estabilidade, Coordenação e Governança na União Económica e Monetária (TSCG), união bancária), esse espaço de tomadas de posições parece relativamente estável. Com algumas exceções, os deslocamentos dos atores têm sido relativamente lentos e não muito marcantes desde 2010: é extremamente raro que uma instituição, um movimento ou um indivíduo passe do apoio radical às regras dos Tratados para a rejeição delas, e vice-versa. Entretanto, houve uma proliferação das tomadas de posições, especialmente na categoria 2.3, e micro-deslocamento em cada subcategoria. Qualquer deslocamento importante é precedido por deslocamentos mais microscópicos, como um processo de ebulição¹¹.

Em cada subespaço considerado isoladamente, os movimentos mais finos são de fato discerníveis. As tomadas de posições em favor de regras mais rígidas, que proliferaram após 2010, pelos governos e pelas instituições europeias, tenderam a se enfraquecer a partir de 2013, conforme ilustrado pelo relatório dos cinco presidentes de 2015 (Anexo/texto 10), que é relativamente moderado e apresenta alguns elementos que o aproximam da categoria 2.3. Por outro lado, algumas organizações assumiram posições mais hostis ao euro ou que pedem mudanças institucionais mais radicais.

Em contrapartida, as relações de forças políticas e sociais entre essas tomadas de posições mudaram significativamente. As organizações políticas que defendem uma saída (nacional) do euro tenderam a avançar e o público de economistas “antieuro” a aumentar, de acordo com vários indicadores que precisam ser estudados (o sucesso do blog de Jacques Sapir vem à mente, por exemplo), em paralelo a uma erosão do apoio público ao euro, que foi interrompido, na França, após 2014. Da mesma forma, a proliferação de “propostas” de reforma alimentou uma corrente de pensamento sobre a mudança institucional que se tornou muito importante em alguns países, como a França, conforme ilustrado pelo trabalho de Aglietta e Leron (2017) ou pelas proposições de Thomas Piketty, adotadas no contexto eleitoral pelo candidato socialista Benoît Hamon. Por outro lado, o contexto da campanha eleitoral na Alemanha pode levar a uma retomada de propostas radicais para fortalecer as regras dos Tratados, como ilustram as recentes tomadas de posições assumidas por Wolfgang Schäuble, que visam justamente combater a crescente hostilidade ao euro na Alemanha, sob a égide da *Alternative für Deutschland* (AfD).

É preciso ainda entender como se estruturam as tomadas de posições e como essa dinâmica é interpretada: de um lado, dentro do *campo restrito*, que corresponde ao polo da governança econômica europeia, e, por outro lado, dentro do *campo ampliado*, sendo os dois altamente interdependentes e, é claro, em constante interação.

¹¹ Sobre esses vários pontos, consulte na *Économie et Institutions* a edição 22 de 2015, dedicada ao discurso e a edição 23 de 2015, dedicada à crise do euro.

REFERÊNCIAS

AGLIETTA, M.; LERON, N. **La double démocratie**. Une Europe politique de la croissance, Paris, Le Seuil, 2017.

BOURDIEU, P. **Les règles de l'art**. Genèse et structure du champ littéraire, Paris, Le Seuil, 1992.

ÉCONOMIE ET INSTITUTIONS, n. 22, 2015. **Varia**. Disponível em: <https://journals.openedition.org/ei/970>. Acesso em: 07 jan. 2025.

ÉCONOMIE ET INSTITUTIONS, n. 23, 2015. **Varia**. Disponível em: <https://journals.openedition.org/ei/5564>. Acesso em: 07 jan. 2025.

EUROBAROMETRE. Disponível em : <http://ec.europa.eu/COMMFrontOffice/publicopinion/index.cfm>. Acesso em: 07 jan. 2025.

GEORGAKAKIS, D.; LEBARON, F. Administrative and political economic elites in Europe: economics as a dominant resource? Communication lors du colloque international **Understanding the Transformations of Economic Elites in Europe**, Université de Lausanne, 18-20 juin. 2014.

HASSENTEUFEL, P. **Sociologie politique**: l'action publique, Paris, Armand Colin, 2011.

LEBARON, F. Un champ de luttes et de forces: l'espace des prises de position sur la gouvernance dans la crise de l'euro (2010-2016). **Économie et Institutions** [En ligne], 27, 2018. Disponível em: <https://journals.openedition.org/ei/6349>. Acesso em: 07 jan. 2025.

LEBARON, F. Zone euro: la crise de la doxa des politiques d'austérité. **Idées économiques et sociales**, no 183, mars, p. 39-46, 2016.

MAINGUENEAU, D.; COSSUTTA, F. L'analyse des discours constituants. **Langages**, 29^e année, no 117, 1995.

MAINGUENEAU, D. **Sémantique de la polémique**. Lausanne, l'Âge d'Homme, 1983.

PICARD, R. G. **The Euro Crisis in the Media**. Journalistic coverage of economic crisis and European institutions, University of Oxford/Reuters, Institute for the Study of Journalism, 2015.

SAPIRO, G. La raison littéraire. Le champ littéraire français sous l'occupation 1940-1944. **Actes de la Recherche en Sciences Sociales**, Année 1996, vol. 111, no 1, p. 3-35.

STIGLITZ, J. **L'euro**: comment la monnaie unique menace l'avenir de l'Europe. Paris, Les Liens qui Libèrent, 2016.

Submetido em: 20/07/2024

Aprovado em: 13/10/2024